

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 6 de agosto de 2024 - Ata n.º 68.

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.º Deputados **Tercílio Turini** (na função de 1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “sob a proteção de *DEUS*”, iniciou os trabalhos da **68.ª Sessão Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria - PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 67.ª Sessão Ordinária, de 5 de agosto de 2024.) É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.º Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Turini se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini - MDB): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 3/2024** da Celepar, encaminhando o plano de negócios referente ao exercício de

2023; **Ofício n.º 187/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1650/2024, do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 673/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 3316/2023, do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 821/2024** da Caixa Econômica Federal, encaminhando informações referentes aos termos de compromisso celebrados com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná; **Ofício n.º 828/2024** da Caixa Econômica Federal, encaminhando informações referentes ao crédito de recursos financeiros no âmbito do Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, sob a gestão do Ministério das Cidades; **Ofício n.º 991/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 910/2024, do Deputado Batatinha; **Ofício n.º 1030/2024** do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, comunicando a Celebração do Convênio com a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, para prática desportiva nos centros de socioeducação do Estado do Paraná; **Ofício n.º 1194/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1347/2024, do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 1195/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1276/2024, do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 1239/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1320/2024, da Deputada Luciana Rafagnin; **Ofício n.º 1240/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 862/2024, do Deputado Professor Lemos e outros; **Ofício n.º 1241/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 721/2024, do Deputado Tercilio Turini e outros; **Ofício n.º 1242/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1309/2024, do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 1309/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento 1348/2024, do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 1312/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 3269/2023, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1313/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1071/2024, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 1363/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1352/2024, do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 1364/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1545/2024, da Deputada Maria Victoria; **Ofício n.º 1365/2024** da

Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1404/2024, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 1367/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 468/2024, do Deputado Tercilio Turini; **Ofício n.º 1418/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1516/2024, da Deputada Maria Victoria; **Ofício n.º 1419/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 628/2024, do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 1420/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 828/2024, do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 1421/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1199/2024, do Deputado Tercilio Turini; **Ofício n.º 1422/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1218/2024, do Deputado Luciana Rafagnin; **Ofício n.º 1423/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1332/2024, do Deputado Anibelli Neto; **Ofício n.º 1424/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1360/2024, do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 1425/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1406/2024, do Deputado Gilberto Ribeiro; **Ofício n.º 1426/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1503/2024, da Deputada Cantora Mara Lima; **Ofício n.º 1482/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1167/2024, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1483/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1554/2024, do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 1484/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1583/2024, do Deputado Goura; **Ofício n.º 1485/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1690/2024, do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 1486/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1710/2024, do Deputado Tercilio Turini; **Ofício n.º 1529/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 3386/2023, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 1530/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1359/2024, do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 1532/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 655/2024, do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 1533/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º

1317/2024, do Deputado Douglas Fabricio; **Ofício n.º 1534/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1343/2024, do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 1535/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1402/2024, do Deputado Renato Freitas; **Ofício n.º 1536/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1479/2024, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 1537/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1765/2024, do Deputado Cobra Repórter; **Ofício Circular n.º 27/2024** do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, encaminhando relatório de segurança de barragens 2023; **Processo n.º 513636/2024**, com o relatório de atividades do Tribunal de Contas do Estado do Paraná referente ao 2.º trimestre de 2024; **Despacho 48/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1489/2024, do Deputado Renato Freitas. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador, Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; cumprimento o Líder do Governo, o Líder da Oposição, caros Pares colegas; cumprimento a imprensa livre e democrática que nos assiste; e cumprimento você cidadão de bem, cidadão honesto que nos assiste através da *TV Assembleia*. Quero fazer um cumprimento especial ao Sindarspen – Sindicato da Polícia Penal do Estado do Paraná, que aqui se encontra presente. Senhores, quero cumprimentar a Presidente Vanderleia, o Presidente Executivo Neves e os 2 mil 612 policiais penais do Estado do Paraná. Vocês fazem a diferença! Vou relatar uma coisa para vocês. Sou do tempo ainda, Líder do Governo, que os Governadores no passado diziam que investiam em educação e saúde, mas não investiam em preso, como se não investindo em preso melhorassem a segurança pública. Hoje, a sociedade evoluiu, o nosso Governador do Estado, Carlos Massa Ratinho Júnior, sabe disso e temos um Projeto de Lei, Sr. Líder do Governo, que cria o Quadro Próprio da Polícia Penal do Paraná, que conversamos agora há pouco. Quero lhe agradecer pelo trâmite célere e rápido que já teve e que vai ter,

para que chegue nesta Casa no menor espaço de tempo possível, para que possamos dar uma estrutura mínima de trabalho a V.Ex.^{as}, que fazem a diferença. Como delegado, já cuidei de preso e sei a dificuldade que é, a expertise, o conhecimento e a técnica necessários para evitar que as cadeias e as penitenciárias se transformem em um antro de proliferação do crime. Porque quando não se investe em Polícia Penal, Senhores, temos a bandidagem tomando conta da cadeia e da penitenciária. É PCC mandando, é PGC mandando, é Comando Vermelho mandando. E hoje, Sr. Presidente, temos uma Polícia Penal estruturada, mas que precisa da aprovação, no menor espaço possível de tempo, desse Projeto de Lei que reenquadra, trazendo o reajuste da tabela de subsídios, trazendo a tabela de subsídios com vagas universais, trazendo o interstício de dois anos para promoções, trazendo, senhores, entre outras melhorias, a necessidade de curso superior para ingresso na carreira. Tenho aqui até um presente que ganhei do Setor de Operações Especiais, do SOE, da Polícia Penal. E digo a vocês: a luta de vocês é a minha luta, porque antes de ser Deputado sou delegado de polícia. Estou deputado, mas sou delegado e vou lutar para que o Projeto de Lei tramite no menor espaço de tempo possível. Como já disse, conversei com o Líder do Governo, que prima pela segurança pública, que tem como chefe do Executivo alguém que já fez a diferença em termos de segurança pública. Então, vocês podem contar com o nosso apoio irrestrito. Já conversei agora com diversos Deputados que têm compromisso com a segurança pública e vamos oficiar o Executivo verificando onde se encontra hoje esse Projeto de Lei para, dentro do menor espaço de tempo possível, senhores, colocarmos nesta Casa em votação. E aí sim V.Ex.^{as} poderão estar aqui e juntos vamos comemorar, porque não será uma vitória de V.Ex.^{as}, será uma vitória da sociedade paranaense. Quando se investe em Polícia Penal, quando se investe em estrutura, quando se investe em reenquadração de cargos e salários quem ganha é a sociedade, senhores, não é o policial penal, porque a sociedade precisa de uma estrutura de Polícia Penal para fazer frente a essa criminalidade que já tomou contas de diversos estados da Federação, mas que aqui no Paraná não tem voz e não tem vez. Meus parabéns a todos vocês. Contém com o nosso apoio. Em

momento posterior a esta Sessão, tenho uma reunião com o Líder do Governo, que falei que ele é um lutador forte e bravo no sentido de proteger a Polícia Penal, para darmos trâmite neste Projeto de Lei. Contem com o Delegado Xerifão, pessoal. Parabéns a vocês.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Hoje o que me traz a esta Assembleia, a esta tribuna é justamente um fato muito pragmático da política. Não se trata de política internacional, de política nacional, tão pouco da política paranaense de um modo geral, apenas de uma forma muito específica. O Regimento da Assembleia Legislativa do Paraná, que, tal qual da Câmara de Vereadores de Curitiba, não prevê o andamento aleatório e sucessivo dos Projetos de Leis, de modo que cada Vereador possa ter a igual e mesma oportunidade de se manifestar, cada Parlamentar. É necessário, havia dito isso para o Líder Governo e também para o Deputado Gugu Bueno, que consigamos exercer nossa função igual às outras pessoas, sob modo ou sob pena de ter que passar pelo crivo do Líder Governo, que é representante do Governador. Portanto, o Governador faz o filtro para saber qual Projeto de Lei é que de fato será pautado, discutido. Olha, há dois vícios aí! O primeiro é ter que recorrer ao coronel, para que a política mínima republicana e democrática seja obedecida. Segundo, é necessário que o teor principalmente do seu Projeto de Lei não seja incômodo ao Governador, não seja contrário aos interesses que ele representa, contrário à política que ele executa. Ou seja, nesses termos, você pode ser Oposição desde que alegórica, como cenário para a ação deles, que são os ricos, os coronéis, os das famílias tradicionais, os que detêm o poder financeiro, os que têm influência na mídia. A pauta do dia é sempre a pauta da ordem estabelecida. E quem pauta é que de fato detém o poder, como a mídia. Quem pauta em um cenário de escuridão porta a lanterna e mostra o que quer, escondendo sempre o que não quer, não quer que seja pautado. Por isso, nunca vamos ver na Assembleia Legislativa do Paraná políticas que façam com que o sistema carcerário não seja esse caos de violência, de ameaça, de desvalorização, de exploração, de adoecimento, porque a pobreza, a miséria, a

violência e a pequena criminalidade de bairro é uma lanterna para os pobres, para os pretos, para as quebradas. Quem trabalha no sistema carcerário sabe que quem está lá naquele cubículo é um da CIC, é do Tatuquara, é do Vila Esperança, é lá do Favela do Pantanal, é ali de Tamandaré, é ali daquelas quebradas da barroca de Colombo, sabe, porque esses presos têm um endereço na rua e 90% deles é quebrada. Colocar uma lanterna na quebrada é cômodo quando ninguém deixa entrar sequer um vaga-lume nos condomínios fechados, onde os bandidos de colarinho branco saqueiam, roubam a nação. Por isso os meus Projetos de leis não tiveram vez, nem voz... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Renato, um minuto para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): ... os meus Projetos de Lei não tiveram vez nem voz durante dois anos como Vereador. Um apenas chegou e foi dizimado. Aqui na Assembleia, daqui a pouco vou fazer um ano de Casa; votei o projeto de muitas pessoas aqui dentro, inclusive pessoas também como eu, de primeiro mandato, mas meu nenhum. Que democracia é essa? Viciada, igual ao jogo do tigrinho, onde a ordem recai sempre nos mesmos. Não estou aqui para fazer de conta, para participar de um teatro, estou aqui para representar o povo. Por isso, tenho coragem de dizer.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero informar ao Deputado Renato Freitas que os projetos dele dependem dele. Não dependem de mim. Talvez se ele trabalhar um pouquinho mais. Nunca vi ele na CCJ. Nunca. Já vejo Deputados da Oposição...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Não sou membro da CCJ, Excelência.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Mas tem Deputados que não são membros e estão lá. Então, quero dizer para V.Ex.^a que V.Ex.^a está sendo injusto, como é

de costume. O senhor atribui a outras pessoas a sua incapacidade de aprovar um projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein, acho que o critério é democrático. Inclusive, hoje mesmo o Deputado Arilson me fez uma solicitação, Deputado extremamente contra o próprio Governo, mas como sempre respeitamos a Oposição, fez-me uma solicitação e prontamente estou pautando o projeto para segunda-feira, do Deputado Arilson. Agora, precisa tramitar nas Comissões; não é o Presidente que deixa de pautar, porque primeiro as Comissões têm que dar as condições para que eu possa pautar. Então, acho que o critério tem sido democrático e temos procurado pautar todos os projetos aqui nesta Casa. Próxima oradora, Deputada Cantora Mara Lima.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Boa tarde, Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas e também o nosso meio de comunicação. O que me traz à tribuna nesta tarde é a proposição de uma criação da Frente Parlamentar de Combate ao Feminicídio e à Violência Contra a Mulher. Viu, Cloara, já está na Infolep, gostaria que os Deputados assinassem. E por que essa Frente Parlamentar, Sr. Presidente? O Brasil registrou 1463 casos de mulheres vítimas de feminicídio no ano passado, uma a cada seis horas. Esse é o maior número registrado desde que a lei contra o feminicídio foi criada em 2015. Olha, uma coisa absurda, o Paraná aumentou. O número de casos registrado foi ainda maior que o Brasil todo, 5,6, e se considerarmos as tentativas de feminicídios, os indícios, chegam a 26%, segundo o Ministério Público do Paraná. E lembrem-se: amanhã, dia 7, a Lei Maria da Penha completa 16 anos de história, com mecanismos inovadores, medidas protetivas, e a Lei Maria da Penha está transformando a forma da sociedade encarar as relações abusivas. E, pasmem, o abuso contra a mulher, a violência física, nossa Procuradora, é a única forma de agressão contra a mulher onde existem abusos constantes, sutis, cometidos de forma velada, mas causa estrago profundo na vida de mulheres. Por exemplo, a violência psicológica e o abuso sexual dentro do casamento. Existe violência sexual também dentro dos casamentos, Mabel. É velada e a mulher não se queixa, muitas vezes para proteger o companheiro. Alguns relacionamentos aparentemente perfeitos

escondem uma face sombria, que a mulher suporta sozinha. Cada vez mais estão nos dando conta do quanto a cultura do abuso era tolerada e fazia parte da rotina de muitas famílias. E nós precisamos dar um basta. Como Presidente da Comissão de Direitos e Defesa da Mulher nesta Casa, trago o lembrete de que amanhã a Lei Maria da Penha, que define formas de violência física, sexual, moral, psicológica e patrimonial, completa mais um ano. Antes dela, o crime de violência contra a mulher era considerado de menor potencial ofensivo. Nesses 18 anos houve grande avanço, mas ainda há muito a ser conquistado. Para ampliar o combate à violência nos direitos da mulher precisamos unir forças de todos os órgãos envolvidos: do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Por isso, destaco a importância da criação da Frente Parlamentar. Assinem, venham fazer parte, para que possamos conhecer melhor essa violência que causa tantos feminicídios no Estado do Paraná. A luta contra a violência doméstica não é apenas uma luta das mulheres, mas de toda a sociedade. Reforço a importância da criação da Frente Parlamentar de Combate ao Feminicídio e à Violência contra a Mulher. Solicito, neste momento, o apoio dos nobres deputados para a tramitação e aprovação, Deputado Lemos, da Frente Parlamentar. Então, esse requerimento já está na Infolep e gostaria que vocês assinassem. Nosso desejo é que, em um futuro bem próximo, não haja necessidade de leis que protejam mulheres da violência, porque todas seremos respeitadas e valorizadas. Tenho certeza que os deputados estão conosco e apoiam... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Mara, um minuto para concluir.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): ... esta Frente Parlamentar. Agradeço. Muito obrigada. E cumprimento também a todos que estão aqui da Polícia Penal, que Deus abençoe a todos nós e consigamos alcançar os nossos objetivos. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda. Antes da fala do Deputado Ricardo, quero registrar a presença na Casa do Vereador de Santa Mariana, Sr. Adriano Dias, por

solicitação do Deputado Tiago Amaral; do Vereador de Sertaneja, Sr. Mayk Andrade, por solicitação do Deputado Romanelli; e da Vereadora de Foz do Iguaçu, Sr.^a Protetora Carol Dedonatti, e dos assessores Daniel de Oliveira e Celso Martinez. Sejam bem-vindos à Casa.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados e Deputadas e todos que nos acompanham aqui na *TV Assembleia* e também aqui no Plenário desta Casa. Hoje recebi os policiais do Depen no meu gabinete, apresentaram a reivindicação legítima deles e não vejo dificuldade em ser atendida, até porque esse Projeto, pelo o que consta, já está bem encaminhado pelo Governo e vamos fazer uma força-tarefa, junto com o Líder do Governo, para que corra rápido no departamento que está no Governo e venha para esta Casa, e nesta Casa vamos aprovar o mais rápido possível. Faço parte também da Comissão de Segurança e todos estamos alinhados em votar o projeto favorável, e acho que é um momento importante para que eles tenham o mesmo parâmetro da Polícia Civil, da Polícia Militar, que estejam todos aqui em harmonia. O trabalho deles é muito duro, árduo. Para quem conhece um pouquinho como é uma penitenciária, vai entender o que estou falando. Então vocês têm o meu apoio e com certeza, em breve, será aprovado esse projeto importante para vocês. Tudo o que é para a segurança pública, tem sempre o meu apoio; tudo o que é para bandido, não tem meu apoio, mas tem o apoio de outros Deputados desta Casa, e todo mundo sabe quem é. Ontem falei, nesta tribuna, que fiz uma moção de repúdio ao Presidente Lula, pela maneira que ele está tratando o povo da Venezuela, diante de uma fraude incontestável que houve na Venezuela, onde ele mandou o Celso Amorim para acompanhar – ele acompanhou toda a fraude, calou-se e voltou ao Brasil. Enquanto a Organização Europeia já disse que houve fraude e já apoiou o novo candidato, o González, como Presidente, os Estados Unidos na mesma linha, a Argentina na mesma linha, o Uruguai na mesma linha. E o Lula? E o Brasil? Não, o Brasil está calado. O Deputado Arilson ficou bravo ontem, falou que eu estava mentindo, que o Lula não apoiou a fraude. Quem cala, Deputado Arilson, consente. O Lula está trabalhando junto com o México e com outro país aí liderado por narcotraficantes para amenizar a fraude e deixar o

Maduro no poder. Um ditador sanguinário, assassino, canalha! Ora, esses adjetivos, Deputado Arilson, jamais vou deixar de falar nesta tribuna. Quando chamo de ex-presidiário é porque é ex-presidiário; quando chamo o Presidente Lula de ladrão é porque represento o povo e o povo, quando ele vai à rua, chama-o de ladrão. Não só no Brasil, no Chile foi vaiado, foi xingado de ladrão; em Portugal, na Inglaterra, aonde ele vai. Fiz um desafio ao Deputado Arilson: Ande com o Lula na rua e quero ir junto. Mas não teve coragem, porque o Lula não anda na rua. O Lula é o candidato que tem muito voto na urna e não tem povo, é um milagre das eleições. Então, não posso sequer tirar um adjetivo que cabe ao Lula, não posso tirar. E esta Casa aqui, Presidente Traiano, aqui domina a democracia e a liberdade do parlamentar falar na tribuna, garantido por artigo constitucional, mas parece que o Deputado Arilson já está se colando e seguindo a linha do Lula, querendo ditar regras na Casa e censurar até os Deputados. Ele falou que não aguenta mais ouvir isso! Ele falou ainda que não aguenta mais ouvir mentira! Ora, Deputado Arilson, então pare de ouvir o Lula. Se o senhor não aguenta ouvir mentiras, não escute mais nada do que o Lula falar, porque só fala mentira. Fez mentira na campanha inteira, faz mentira como Presidente e não está nem aí com nada – essa é a verdade. O Governo Lula diz que todos os números são positivos no Governo dele, eu concordo: aumento do desemprego, aumento da inflação, aumento da criminalidade, aumento do feminicídio, aumento da dívida interna, aumento da dívida das estatais. Tudo positivo, levando o Brasil para um buraco, e eles continuam na mentira. Olha só, eles lançaram um projeto... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ricardo Arruda, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Ok. Chamado Pé-de-Meia, Programa Pé-de-Meia. A Gleisi divulgou, todo mundo divulgou. Lançaram e divulgaram na mídia, três dias depois foi cortado. Vou ler aqui: “*O Ministério da Educação bloqueou 500 milhões em verbas do Pé-de-Meia apenas três dias após anunciar a expansão do programa.*” É assim que o PT trabalha! Cria uma narrativa, “vou dar tantos milhões”, e no dia seguinte corta e a mídia não fala mais nada. No Rio

Grande do Sul prometeram um bilhão, entregaram 100 milhões. É o Governo da mentira, da safadeza, da roubalheira, da falta de respeito com o Brasil e com o povo brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos. Registro a presença na Casa da Vereadora de Mauá da Serra, Sr.^a Edite, por solicitação do Deputado Professor Lemos. Seja bem-vinda.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas. Cumprimento a população que acompanha a nossa sessão. Um cumprimento especial aos policiais penais, que mais uma vez nos honram com suas presenças aqui na Assembleia. Quero cumprimentar o Agileu, de Mauá da Serra, que já foi Vereador no município por duas vezes, agora é pré-candidato a vice-prefeito lá no município e está nos visitando; o Branco já foi Vereador também no município e nos honra com a sua visita; o Wagner ainda não foi Vereador, mas é pré-candidato, é o Wagner da saúde que está conosco; e a Edite que já é Vereadora e está lá também em Mauá da Serra, e nos visita hoje. Sejam sempre muito bem-vindos e bem-vindas à Assembleia Legislativa. Quero mais uma vez cumprimentar todos os policiais e as policiais penais do nosso Estado, que prestam serviço relevante para a segurança pública do nosso povo e que trazem uma reivindicação justíssima aqui na Assembleia Legislativa, que é o plano de carreira, plano de carreira específico. Por que plano de carreira específico? Porque a Polícia Penal tem suas especificidades, é diferente de outros policiais, é diferente da Polícia Civil, é diferente da Polícia Militar, da Polícia Científica, Pericial. O Estado tem a Polícia Penal para fazer a custódia daqueles e daquelas que estão privados de liberdade cumprindo pena. Então, tem especificidade. Por isso, lutamos para que, inclusive, mudássemos a terminologia, chamávamos de agentes penitenciários e isto mudou, mudou o entendimento no mundo, mudou o entendimento no Brasil, mudou no Paraná, por conta do trabalho feito pelos policiais penais do Estado, junto com o sindicato, que fez e o fez muito bem. Inclusive, aqui, tínhamos aprovado a lei homenageando os policiais penais, que é no dia 13 de novembro,

que chamávamos de agentes penitenciários. Nós mudamos, inclusive propus a alteração da lei e hoje homenageamos policiais penais, porque é assim que é o correto. É preciso ter igualdade de condições, igualdade de direitos, não pode tratar como uma polícia menor do Estado. Não! Igualdade, equidade! Por isso, a proposta apresentada pelo sindicato ao Governo do Estado precisa ser acolhida, assinada pelo Governador, encaminhada para esta Casa, para que possamos aprovar e fazer justiça aos policiais penais. Acompanho a luta dos policiais penais há muito tempo, muito antes de estar aqui como deputado. Eu estava como coordenador do Fórum dos Servidores e, junto com os dirigentes do Sindicato dos Policiais Penais, fizemos várias lutas. E aqui como deputado também acompanhando de perto e votando sempre a favor dos nossos policiais penais. Queremos votar a favor mais uma vez, mas para isso o Governador precisa mandar o projeto para cá, porque é tarefa do Governador, é da competência dele assinar o projeto e encaminhar para a Assembleia. Então, assiste razão a todos vocês que reivindicam o plano de carreira específico, próprio da Polícia Penal. Tem o nosso apoio e contem conosco, como sempre puderam contar. Contem com o Professor Lemos e com a nossa bancada, contem com a Oposição toda, contem com a Bancada PT- PDT, aqui, somos em oito parlamentares. Votaremos “sim” a esse projeto importante da Polícia Penal do Estado do Paraná. Quero também, mais uma vez, cobrar a aprovação do projeto que apresentamos aqui, porque o Governador não apresentou, era tarefa dele e não fez a sua tarefa, de correção do salário dos servidores do Poder Executivo, repassando a inflação dos últimos dois anos, que é 8,03%, que foi concedida aos demais Poderes. Portanto, precisa aprovar esse projeto que está na CCJ. Ontem, já fiz um apelo aqui e quero fazer de novo ao Presidente da CCJ, Deputado Tiago Amaral, que coloque para votar o mais rápido possível, porque os servidores do Poder Executivo não podem ficar sem a correção da inflação. Por isso, a data-base está em lei, regulamenta a Constituição Brasileira e precisa cumprir a Constituição, precisa cumprir a lei, precisa respeitar os servidores e servidoras. Por isso, data-base já!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tercilio Turini.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Deputados, quero cumprimentar os nossos visitantes, especialmente os policiais penais que estão aqui reivindicando justamente seus direitos. Deixar claro que hoje já conversamos e reafirmar o meu posicionamento favorável que o Governo encaminhe essa proposta e, logicamente, vamos nos posicionar e votar favoravelmente. Senhor Presidente, deputados, estamos em um período eleitoral e, sinceramente, não gostaria de trazer para a Assembleia o debate político da minha cidade, da minha região, mas tamanha é a gravidade do fato que vou relatar aqui que não tinha outra alternativa do que trazer um posicionamento meu, um posicionamento do meu partido, o MDB, sobre um fato que ocorreu e nos assusta. Fizemos uma convenção do MDB com o PSB e o PRTB, que referendou o nosso nome como candidato a prefeito de Londrina. A nossa vice é uma professora, uma bióloga, uma engenheira ambiental, dá aula em dois colégios particulares de Londrina, em uma universidade. Ela foi referendada como vice-prefeita na nossa chapa, uma mulher e que tem uma história profissional invejável, e uma profissional, uma novata na política com um ânimo muito grande. Ela foi referendada na quinta-feira à noite e ela voltou a trabalhar, a dar aula em um colégio particular, onde ela dá aula há sete anos, ontem. Sumariamente demitida, sumariamente, sem nenhuma explicação mandada embora. Gente, isso é de uma gravidade, em um momento político que estamos vivendo as coisas estão muito esquisitas, estão nebulosas. Eu vou ler uma nota aqui, com a permissão, e já conversei com o Deputado Anibelli, em meu nome, em nome do MDB, dizer o seguinte: *“O MDB repudia a demissão da professora e pré-candidata à Vice-Prefeita em Londrina. A demissão da professora Mariana Grotti de uma escola particular, dias depois de ser lançada como pré-candidata a Vice-Prefeita pelo MDB, em Londrina, na chapa do pré-candidato Tercilio Turini, é um fato lamentável e muito estranho. Um indicativo triste de desrespeito, de atitude arbitrária e antidemocrática. O MDB do Paraná repudia todas as iniciativas que tentem amedrontar e desrespeitar a liberdade de expressão, o direito de escolha,*

o exercício da cidadania plena e a participação política. O MDB repudia a demissão sumária de sua filiada Mariana Grotti, jovem professora que decidiu entrar na política por acreditar na capacidade de transformação, em um atendimento às necessidades dos londrinenses e na contribuição com a cidade onde nasceu e que tanto ama. Não se constrói cidadania constrangendo e punindo pessoas por posições políticas. Aceitar a diversidade de opinião é fundamental para fortalecer a democracia. A professora Mariana Grotti desponta como nova liderança e não vai se intimidar com atitudes autoritárias e antidemocráticas, e tem todo o apoio do MDB do Paraná. A demissão da professora Mariana Grotti representa uma afronta à participação das mulheres na política, justamente em um momento em que toda a sociedade busca ampliar o direito e o respeito à igualdade de oportunidades. Londrina é uma cidade guerreira, que foi construída por pessoas que chegaram de diversos locais do Brasil e de outros países, uma cidade de efervescência cultural, um polo de educação, com renomadas escolas e universidades que acolhem jovens de todos os pensamentos. Londrina jamais pode aceitar perseguição por incompatibilidade de pensamento, opinião e posição política". Gente, logo em uma instituição de ensino, uma instituição que deveria dar o exemplo, mas não; se não reza na minha cartilha, se não pensa como eu está fora. Isso é crime, isso é assédio eleitoral, é uma agressão às mulheres.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Tercilio, o senhor me permite um aparte na sequência?

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Já permitirei. É uma atitude antidemocrática, é contra a liberdade de expressão, é uma posição arbitrária que temos que repudiar. É um pensamento fascista, é ódio. Isso é sacanagem pura. Não dá para aceitar. No momento que vivemos aceitar isso contra uma mulher, contra uma professora, não pode se aceitar contra ninguém, mas é uma sacanagem. Deputado Romanelli tem um aparte.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Tercilio, pela manhã, o senhor esteve no meu gabinete, me relatando esse fato. Eu analisei e sobre os

aspectos jurídicos e pelo relato que V.Ex.^a faz caracteriza assédio eleitoral. A legislação eleitoral não estabelece uma regra objetiva em relação a isso, mas, indiscutivelmente, uma servidora que prestava serviço como professora, há sete anos, em uma instituição de ensino, e depois de aprovada em uma convenção partidária, para ser Vice-Prefeita, recebe a demissão sumária sem nenhuma justificativa, reconheçamos aqui é um fato muito grave, atenta ao processo eleitoral, e diria que do ponto de vista civilizatório é um retrocesso. Entendo que obviamente esse tema tem que ser levado ao âmbito da justiça eleitoral e, também, claro, que a pessoa, a sua Vice-Prefeita, deverá entrar com uma reclamatória trabalhista. É inaceitável que alguém para participar do processo eleitoral receba, ao invés dos cumprimentos pela demonstração de cidadania, a carta de demissão. É inaceitável isso, me solidarizo a V.Ex.^a. Acho que é mais uma das formas de agressão contra a mulher. Aqui nesta Casa constituímos, enfim, criamos a Bancada Feminina e a Procuradoria da Mulher justamente para defender os direitos da mulher. Veja, em pleno século XXI, no ano de 2024, acontece uma violência dessa, um assédio eleitoral como esse que sofreu a sua candidata a Vice-Prefeita. Então, minha solidariedade integral, falo isso como líder da bancada do PSD. Isso é inaceitável ao processo eleitoral, macula o processo eleitoral e, indiscutivelmente, não podemos aceitar. E certamente há de se tomar as providências cabíveis em uma situação igual a essa.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Agradeço.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Tercilio.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Deputado Evandro tem um aparte.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Tercilio, também quero me solidarizar com V.Ex.^a, dizer que percebemos a indignação das pessoas, indignação seletiva, diante de fatos que ocorrem em outros lugares, em países, mas quando interessa, quando interessa ao meu grupo, ao meu grupo que está no poder e a decisão me beneficia, então não falo nada. Então...

SR. PRESIDENTE (Deputado Gugu Bueno – PSD): Um minuto para concluir, Deputado.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Só quero dizer para V.Ex.^a que tem a nossa solidariedade e faço aqui coro às palavras do Deputado Romanelli, que foi feliz na fala e foi preciso. É absolutamente inaceitável o que aconteceu.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Agradeço também o aparte de V.Ex.^a, Deputado. E, olha, é de ficar muito indignado, é de ficar às vezes triste. Nós que estamos há tanto tempo na política, sempre procurando as palavras para não agredir as pessoas, respeitando, sempre fazendo a defesa da democracia e dizendo que na política é normal você pensar diferente. Echega agora uma novata, uma pessoa que entra com todo entusiasmo e sofre um preconceito. Isso é preconceito. Então, vamos, como disse o Deputado Romanelli, judicializar essa questão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Gugu Bueno – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): E não vamos nos intimidar, não vamos nos amedrontar e vamos continuar na luta. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Gugu Bueno – PSD): Agora, pela Bancada Feminina, vamos ouvir a Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputadas e Deputados. Quero cumprimentar os policiais que estão aqui, contem sempre com o nosso apoio também nas questões de vocês. Presidente, quero mostrar aqui, nós recebemos, a liderança da bancada recebeu hoje alguns exemplares do Código Estadual da Mulher Paranaense, que foi impresso pela Fecomércio, a pedido do Vice-Governador Darci Piana. O exemplar ficou muito bonito, estamos distribuindo aqui para as Deputadas e queremos agora levar estes exemplares, não é, Deputada Cloara, para as mulheres de todo o nosso Estado, porque é para isso que fizemos o Código, para que elas fiquem bem informadas. Bom, vi o Deputado Tercilio ali falando sobre a questão do assédio eleitoral que a sua vice está recebendo e hoje, Deputada Mara, vou trazer um assunto aqui que na verdade não queria usar da tribuna para falar sobre eleições, porque acho que o debate deve ser no seu âmbito municipal, nas entrevistas, nas conversas, nos debates que tiver entre jornais e televisões, mas hoje ouvi uma

fala e, como Líder da Bancada Feminina, que lidero estas 10 Deputadas nesta Casa, estas 10 Deputadas que representam as mulheres paranaenses por todo este Estado, uma fala machista vinda de um outro candidato, que, aliás, é Deputado aqui... Não estou vendo ele aqui! Porque queria estar olhando na cara dele, do Marcelo Rangel, que hoje, de forma machista, em uma entrevista em Ponta Grossa, disse, Deputado Romanelli, que quem vai governar em Ponta Grossa é o Jocelito e não a Mabel, desqualificando o trabalho desta Deputada, desqualificando não só esta Deputada, mas as mulheres que estão na política, porque quando bate em uma de nós bate em todas! Todo dia temos que provar que somos capazes, todo dia temos que dizer: “*Olha, estamos trabalhando*”. Menosprezam-nos todos os dias! E este Código aqui existe para mostrar que a mulher tem valor, que a mulher tem força, para que politiqueiros mentirosos como esse Marcelo Rangel, que desqualificam a mulher, para que eles sejam calados! Meu nome é Mabel Canto, sou filha do Jocelito com um orgulho gigante! Meu pai me ensinou a subir nesta tribuna, a falar a verdade, a lutar pelo povo. Nunca vou renegar de onde vim! Agora, eu sou a Mabel Canto, mãe de dois filhos, estou Deputada, sou advogada, sou radialista, tenho 39 anos e não admito que um politiqueiro safado como ele venha menosprezar o trabalho que faço aqui dentro! Menosprezar o trabalho que, se Deus quiser, vamos fazer na Prefeitura de Ponta Grossa! Não admito.

Deputada Ana Júlia (PT): Um aparte, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Um aparte, Deputada Ana Júlia.

Deputada Ana Júlia (PT): Deputada Mabel, quero primeiramente me solidarizar com você profundamente. Para além das disputas eleitorais, os ataques machistas e misóginos que nós mulheres sofremos são cotidianos e, com toda a certeza, o que você relata aqui não é só você enquanto uma mulher que participa, da mulher que sofre. Comecei a fazer política com meus 16 anos dentro desta Casa e, naquela época, ouvi que eu era uma doutrinada, que meu pai tinha escrito o meu discurso e que era ele que me manipulava. Depois, aos 18 anos, comecei a trabalhar em um grande escritório de advocacia em Curitiba e escutei que era o

meu chefe quem decidia a minha posição política, quem decidia e me orientava, quem me manipulava para atuar politicamente. Depois comecei a namorar e daí era o meu namorado quem decidia as minhas atuações políticas, mas nunca, jamais fui vista como quem tinha as posições políticas e como quem tinha a condição de ocupar os espaços de poder. E isso que você traz aqui, infelizmente, não é só você quem passou, a Deputada Maria Victoria já passou, a Deputada Luciana já passou, a Deputada Cloara, a Deputada Flávia Francischini, a Deputada Mara Lima, a Deputada Cristina, todas as mulheres passam. E isso é porque não é suportado ver as mulheres também em espaço de poder, em espaço de decisão. E essas tentativas durante uma campanha de dizer que não seremos nós mulheres que tomaremos as decisões é uma forma rasteira de tentar nos deslegitimar nestes processos. Mas sabe, Deputada, a sociedade tem visto isso e tem percebido como isso não passa de um discurso eleitoreiro e um discurso para menosprezar aquelas que compõem mais de metade da sociedade brasileira e que merecem estar na política também. Então, parabenizo-te por essa fala, por essa denúncia, que é importantíssima. Por muito tempo nós mulheres deixamos de fazer essas denúncias e deixamos de falar isso para não sermos vistas como histéricas, como loucas, como quem estava fazendo tempestade em um copo da água, mas não dá mais para aguentar que as mulheres não sejam vistas como devem ser e com o mérito dos votos que conquistaram nas urnas. Assim, entendo que tem uma tradição familiar, que tem uma trajetória, isso não deslegitima você enquanto mulher estando na política. Então, parabéns por esse posicionamento, porque precisamos ter mais coragem, sim, de denunciar, porque ficamos quietas com medo de sermos tachadas de louca, com medo de sermos tachadas de histérica e, enquanto isso, os homens continuam fazendo a política e as mulheres sendo excluídas.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Obrigada, Deputada Ana Júlia. É justamente isso! Garanto que daqui a pouco ele vai me chamar de louca! Não tenho a menor dúvida de que ele vai dizer: *“Ah, a louca ficou lá na tribuna!”* Vai ser isso. Não tem problema, não. Agora, não vou ficar me calando com esse discurso machista de quem está desesperado, de quem deve estar com medo. Queria que

ele estivesse aqui para eu olhar na cara dele e olhar para ele e dizer: “*Seu mentiroso, politiqueiro! Venha para o debate*”. Mas, não está no Plenário. Que Deputado é esse que não está no Plenário, não é?

Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO): Deputada Mabel, por gentileza, um aparte.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Deputado Guerra.

Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO): Aqui quero fazer um testemunho, como seu colega já desde o mandato passado. Sou prova viva, até porque costumeiramente senta ao meu lado, do trabalho preponderante que V.Ex.^a tem feito com maestria em prol da população dos Campos Gerais, em prol da população mais vulnerável, em especial a defesa que faz para as mulheres. Confesso que além de amigo virei um admirador do teu trabalho. Sou fã incondicional porque vejo na sua galhardia, na sua fibra, na sua força de vontade de fazer a diferença, não só para com os Campos Gerais e para com o Paraná, mas, mais do que isso, vejo o amor incondicional que tem pela sua família. Acho que essa é a maior dádiva que V.Ex.^a tem que levar e carregar no seu coração, de que a sua missão para com a população paranaense, em especial com a sua região dos Campos Gerais é aquilo que você herdou em casa. Então, continue com essa altivez, continue com esse trabalho brilhante que vem fazendo em prol do Paraná e esqueça todo o resto. Acredito que realmente você tem feito um trabalho esplendoroso aqui nesta Casa. Conte com o meu abraço e tenha a certeza de que realmente você orgulha os paranaenses.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Muito obrigada, Deputado Guerra. É isso. Sou mãe, como eu disse aqui, que é a função que acho mais importante que tenho nesta vida, a de ser mãe. E para manter a minha integridade como mãe, Deputado Arruda, vou e volto todo dia daqui de Curitiba a Ponta Grossa, porque quero chegar à noite lá e quero estar com os meus filhos, Deputada Mara. Venho, trabalho, arrisco-me na estrada, porque não é fácil andar nessas estradas todos os dias, mas chego em casa todos os dias para abraçar e para dar um beijo nos meus filhos, para estar com a minha família. No entanto, há quem menospreze

sempre isso, não dá valor para o que a mulher faz, para os sacrifícios que as mulheres têm feito para ocupar este espaço, para estar aqui neste espaço, as renúncias que fazemos para estarmos aqui. Quero dizer que continuo firme e forte e esse covarde... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Mabel, um minuto para concluir.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): E esse covarde, mentiroso, Pinóquio, venha para o debate. Vamos debater! Venha aqui para eu te mostrar a mulher que sou! Aliás, já ouvi aqui uma vez, Deputado Jacovós, que eu era muito mais homem do que outros homens aqui dentro! Nunca vou ser um homem, sou mulher, com muito orgulho, fibra e coragem! E vou estar sempre trabalhando com quem tiver que trabalhar aqui pelo bem do nosso Estado. Lembrando, parem de desvalorizar as mulheres! Esse discurso machista precisa parar! Vamos debater o que precisa para a cidade, não com essa baixaria que vocês têm feito em Ponta Grossa.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): A Deputada Mabel citou o meu nome, Presidente. Presidente, questão de ordem. Só para avisar à Deputada Mabel que a algema está disponível, se ela precisar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Farei a leitura de duas Mensagens que acabaram de chegar à Casa, encaminhadas pelo Governo do Estado: **Mensagem n.º 51/2024** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembléia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 520/2024) que altera a Lei n.º 21862, de 18 de dezembro de 2023, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2024; e **Mensagem n.º 52/2024** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembléia Legislativa o Projeto de Decreto Legislativo (autuado sob o n.º 7/2024) que prorroga o prazo de recolhimento e repasse do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

devido por substituição tributária e do ICMS apurado pelas operações próprias das refinarias e suas bases. Próximo orador, Deputado Arilson, pela Oposição.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Ratinho Júnior será conhecido como o Governo do desmonte do Paraná. Está plantando um sonho de eficiência, mas a população vai colher o pesadelo do abuso dos preços e do serviço mal prestado daqui a alguns anos. Mais rumores de privatização chegam do Palácio do Iguaçu. São rumores que favorecem os amigos dos amigos, uma parceria onde um entra com o dinheiro e o outro dá o serviço público eficiente de bandeja. Depois de vender a Copel Telecom, a Compagas, a Copel, estar preparando a privatização para Sanepar, privatizou os serviços de agente penitenciário, escrivão de polícia, privatizou escolas, e agora é a vez de vender a Celepar. A Celepar é a Companhia de Comunicação e Tecnologia da Informação do Paraná, uma empresa pública que dá lucro, tem um bom corpo técnico e ótimos serviços prestados ao nosso Estado. O futuro do Paraná e do Brasil está no desenvolvimento tecnológico e isso está sendo vendido pelo Governador Ratinho Júnior. Semana que vem ou na primeira semana após as eleições chega aqui esse projeto. Quero chamar a atenção do nosso povo, dos deputados, das deputadas, do público que assiste. O que tem na Celepar? Coisas muito valiosas, assim como a água, o petróleo e a energia elétrica: dados. Lá tem o CPF de todos os paranaenses, informações sigilosas de pagamento de impostos, de empresas, cidadãos, valores de renda anual; a pessoa que tem doença, o remédio que essa pessoa toma. Tudo que hoje está seguro em uma base de dados pública: carteira de habilitação, Renavam de veículos, registro de nascimento, casamento, dados trabalhistas, previdenciários. Tem os dados das empresas paranaenses, informações estratégicas, como faturamento, número de empregados, compras, vendas. Qualquer vazamento pode colocar tudo isso em risco. Dados de benefícios fiscais, dados da segurança pública. O pessoal da segurança pública está aqui. Olha só. O cruzamento de dados de autoridades, prefeitos, deputados, promotores, policiais militares, civis, penais, com os dados das escolas estaduais mostram onde o filho de um policial estuda. Imagina o risco disso na mão da iniciativa privada. Dados de pessoas, Deputada Márcia. O

cidadão que tem HIV, por exemplo, ficará exposto na mão de empresas privadas sobre o remédio que usa e os seus próprios dados. Dados de pessoas, nota fiscal, isso pode ser muito valioso. Um agressor que persegue a sua ex-companheira poderá ter acesso à localização da ex-mulher. Esses dados serão de fácil acesso porque as empresas vendem esses dados. No século XXI, na era da informação, enquanto o mundo luta para proteger, o Paraná luta para vender. Existe uma campanha nacional chamada “*Salvem seus dados*”, que protege as informações pessoais. Por isso e pela Constituição, qualquer projeto que vende a Celepar é constitucional e não deve ser enviado para esta Casa. Como coordenador da Frente Parlamentar de Empresas Públicas, peço à Presidência que façamos uma audiência pública sobre a proteção de dados das empresas e dos cidadãos paranaenses, antes das eleições municipais; que seja divulgada pela Assembleia a campanha “*Salvem seus dados*”; que seja marcada uma audiência da Casa no Tribunal de Contas, com assessoria técnica, para entendermos a importância da Celepar. Por fim, pesquisando sobre o assunto, Deputado Maurício Requião, um velho personagem da política reaparece na venda da Celepar. Eu gostaria de saber do Governador se a Celepar tem alguma ligação a sua venda com o Sr. Mouazen, o marroquino? Nomeado, acusado de espionagem, agora na Celepar com cargo de confiança, começa a privatização da Celepar. Na política não tem coincidência. O Sr. Mouazen tem esta empresa aqui: Gralha Tecnologia Segurança e Inteligência Ltda. Fica aqui um recado que vou falar mais dessa empresa. Mas qual é a relação da venda da Celepar depois que uma das pessoas acusadas de estar no Governo fazendo espionagem assume um cargo de confiança na Celepar, onde tem dados? É muita preocupação. E eu aqui volto a perguntar ao Governador Ratinho Júnior: estamos voltando à era da perseguição e, agora, a tecnologia da informação vai ser usada para perseguir os seus adversários, principalmente aliados do próprio Governo? Qual a participação do Sr. Mouazen na venda da Celepar? Qual o papel do marroquino na venda da Celepar? Quais grupos já manifestaram interesse na compra da Celepar? Por que os dados da segurança pública que não podem ser vendidos estão sendo incluídos na proposta de privatização do

Governo? Como ficarão os dados dos cidadãos paranaenses nas mãos de terceiros, justamente onde tem um marroquino acusado de espionagem e denunciado muito pela mídia aqui do Paraná? Na política não tem coincidência. Na política tem estratégia sendo executada e essa história ainda vai dar muito mais caldo. Quero aqui, também, além de cobrar sobre a Celepar, falar aqui com os policiais penais, com a categoria, e dizer que como Deputado Estadual, como Presidente do PT, que aqui tem sete deputados, estamos solidários e juntos na luta com vocês. Contem conosco na caminhada. Nós defendemos o serviço e o servidor público; defendemos o concurso; defendemos a estabilidade; defendemos a data-base, a reestruturação da carreira; e somos contra privatização, terceirização, quarteirização de serviço público que tem poder de polícia. Nós aqui vamos fazer um debate e não vamos aceitar mais que se privatize tanta coisa aqui no Estado. Agora com o projeto da Ferroeste, agora com o projeto da Celepar, só sobrou um lugar para ser vendido no Paraná: o Palácio do Iguaçu. Além de tudo, o que temos que terceirizar aqui é o Governador do Estado. Se não sabe dar conta do serviço público, se não entende a sua importância, pede para sair, terceiriza a sua vaga que vamos ocupá-la muito bem. Respeite o serviço, o servidor! Não às privatizações das empresas públicas no Estado do Paraná! Fora, Ratinho Júnior!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Meus amigos da Polícia Penal, é uma satisfação, Deus abençoe. O nosso compromisso é dar celeridade para que esse projeto chegue na Casa. Vamos cobrar que chegue rápido. Acho que o PT quer governar sem ganhar a eleição. É fácil, não é? Primeiro precisa ganhar a eleição. Em tempos que foi decretada a prisão do Renato Duque. Vocês viram ou não? Um dos maiores escândalos de corrupção protagonizado por esse partido durante o Governo do PT. Talvez se fosse privatizado, que vocês tanto combatem, talvez não tivesse tanta corrupção. É bom vocês começarem a pensar na eficiência da máquina pública. É bom começarem a pensar na defesa do patrimônio. Vocês sabem da quantidade de escândalos de corrupção que

acessaram. Agora me saltam os olhos o Deputado dizer que um funcionário da Celepar, que é o Mehdi Mouazen, pode ter alguma relação com a possível privatização da Celepar. Gente, é uma ofensa a qualquer tipo de inteligência. Esse tipo de processo, quando vier acontecer, vai ter a fiscalização de todos os órgãos, vai ser um processo que vai ser feito à luz da transparência. Agora, dizer porque o cara é funcionário da Celepar que ele está envolvido. Meu Deus do céu! Realmente isso ofende a inteligência de qualquer um. Veja como é aqui: diga o que eu digo e não faça o que faço. É assim ou não? Outro dia vi a Esquerda combatendo, Deputada Cloara, o sigilo que é imposto por ação de algum representante público. E não é que o Ministro do Governo do PT impôs um sigilo de 100 anos aos seus documentos. Ué? São a favor ou são contra sigilo? Espera um pouco. Alto lá, me avisem! Vocês são a favor em um dia e contra em outro? Aqui no Paraná vocês são contra e lá no Governo Federal vocês são a favor? Não dá. Quero dizer mais para vocês. O objetivo desses processos que estão sendo colocados em prática é a modernização da máquina, tanto da Ferroeste, que tem alcançado prejuízos muito grandes. E o objetivo do Governo é estancar e tornar a Ferroeste muito mais competitiva. Vossa Excelência pediu um aparte?

Deputado Ricardo Arruda (PL): Sim, Deputado. O interessante, quando escutei aqui, até arrepiei. No final da fala, o Deputado Arilson falou: “*Se o Ratinho não quiser, larga que assumimos*”. Pelo amor de Deus! Assumiram o Brasil e em menos de dois anos destruíram o Brasil. Por que o PT é contra privatizar? O mundo moderno está privatizando tudo. São Paulo também está privatizando tudo o que pode privatizar. Bolsonaro entregou o nosso País aqui com as estatais dando 188 bilhões de lucro. O Lula assumiu e, em dois anos, as estatais estão com 8 bi de prejuízo. Então privatizar para eles é muito ruim, porque vai acabar com o cabide de emprego, vai acabar com o desvio de dinheiro público. Eles não querem de jeito nenhum, Deputado Hussein. Privatização os deixa malucos. Como é que eles vão negociar o Brasil? Ora, o povo brasileiro defende o seguinte: menos Brasília, mais Brasil. O Governo, tem que ficar nas mãos dele o mínimo para controlar. Óbvio que qualquer empresa privada tem uma administração muito melhor do que uma empresa estatal. Isso qualquer um sabe. Qualquer um que

entende um pouquinho de economia, é só ler um pouquinho e ver. Então, está corretíssimo o Governo Ratinho Júnior. Tem que privatizar mesmo. Chega de usar a máquina pública para alimentar funcionário fantasma. O bom funcionário vai continuar com o emprego, é óbvio que vai; o mau funcionário, não, como é em qualquer empresa privada. Então, Deputado Hussein, nós aqui, nós do lado do bem, lado do bem do Paraná, lado do bem do Brasil defendemos a privatização. Chega de cabide de emprego! Chega de roubar dinheiro público! Em 2022, só para terminar, o resultado das estatais federais, no primeiro semestre, foi 6,5 bilhões de lucro. Em 2023, o resultado no primeiro semestre das estatais, que tanto eles defendem, 1,6 bilhões de prejuízo. Em 2024, 2,9 bilhões de prejuízo. É isso que eles querem? Não privatizar e acabar com o dinheiro público? É melhor que sobre dinheiro em caixa para ser investido para o bem e para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só para finalizar, não gosto desses embates, Sr. Presidente, ter que defender daqui, criticar dali, principalmente quando são eivados de críticas que não são verdadeiras, de maldades, quando são eivados de suposições, de ilações. *“Vou falar aqui para deixar no ar.”* Não é bom isso, não constrói nada. Toda vez que acontecer isso seremos muito duros na resposta em defesa da verdade. Muito obrigado e um forte abraço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Cloara Pinheiro (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello

(UNIÃO), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhrer (UNIÃO) **(47 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa:** Batatinha (MDB), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno; Denian Couto (PODE), conforme art. 97 § 3.º II do Regimento Interno; e Moacyr Fadel (PSD), conforme art. 97 § 3.º II do Regimento Interno **(3 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa:** Luis Corti (PSB), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (REP), e Tiago Amaral (PSD) **(4 Parlamentares).]**

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 513/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Azuris Pato Branco, com sede no município de Pato Branco; **Autuado sob o n.º 514/2024**, do Deputado Batatinha, que institui o Dia do Agente da Defesa Civil, a ser comemorado anualmente no dia 4 de outubro; **Autuado sob o n.º 515/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, que concede o título de utilidade pública à Associação Genoma Coronel Vivida, com sede no município de Coronel Vivida; **Autuado sob o n.º 516/2024**, do Deputado Adão Litro, que concede o título de utilidade pública à Associação Ong Leva Eu, com sede no município de Itapejara D’Oeste; **Autuado sob o n.º 517/2024**, da Deputada Luciana Rafagnin, que concede o título de utilidade pública à Associação Tropeiros Raízes do Sul, com sede no município de Itapejara D’Oeste; **Autuado sob o n.º 518/2024**, do Deputado Gilson de Souza, que declara de utilidade pública a Ação Social Irmandade Sem Fronteiras; **Autuado sob o n.º 519/2024**, do Deputado Goura,

que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Anete Giordani. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, comunico que, conforme deliberado na reunião do Colégio de Líderes que ocorreu na manhã de hoje, está designada a Sessão Preparatória de Eleição da Mesa Diretora para as terceiras e quartas Sessões Legislativas, para o dia 12 de agosto de 2024, segunda-feira, neste Plenário. Em conformidade com o Parágrafo Único do art. 13 do Regimento Interno, está aberto o prazo de dois dias para a inscrição das chapas. Os Requerimentos de inscrição podem ser protocolados pelo SEI e devem ser endereçados à unidade da Diretoria Legislativa.

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 405/2024, de autoria do Deputado Alexandre Curi e Deputada Maria Victoria, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Paranaense das Microcervejarias, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim". Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Enquanto os Deputados e Deputadas votam, gostaria de solicitar aos Deputados que ainda estão em seus gabinetes que temos o Código do Consumidor, de autoria do Deputado Paulo Gomes e coautoria dos demais Deputados, que são necessários 36 votos favoráveis. Portanto, estamos pertinho, com 40, e é muito importante a aprovação do Código. Gostaria de solicitar aos colegas que ainda não vieram, porque é necessária a presença de todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda há muitos Deputados que não votaram. Por favor, solicito que votem, para encerrarmos a

votação. Estou encerrando a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Tercílio Turini (37 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Cobra Repórter, Denian Couto, Do Carmo, Gilson de Souza, Luis Corti, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato Freitas, Soldado Adriano José, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 405/2024.

ITEM 2 – 2.ª Discussão do Projeto de Decreto Legislativo n.º 6/2024, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto do Poder Executivo nº 6.354, que prorroga o prazo de pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, considerando as externalidades climáticas ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul. Parecer favorável da CCJ. Em votação. Votando. Como encaminha o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ADÃO LITRO (PSD): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Questão de Ordem, Deputado Adão Litro.

DEPUTADO ADÃO LITRO (PSD): Gostaria de registrar a presença do Vereador Tonhé, de Santa Mariana, que está aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Presidente, só para registrar aqui a presença de dois Vereadores que estão aqui, o Renê Duarte e o Neno, de Araruna. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Sejam bem-vindos. Devidamente registrado. Estou encerrando a votação: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (33 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Ana Julia, Arilson Chiorato, Batatinha, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Denian Couto, Do Carmo, Dr. Antenor, Gilson de Souza, Luis Corti, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (21 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n.º 6/2024. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável dos Deputados Arilson Chiorato, Marli Paulino e Ricardo Arruda.)**

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Senhor Presidente, registre o meu voto “sim”, por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Da mesma forma, voto “sim”.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Deputado Arruda também “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado em Ata, Sr.º Deputados.

ITEM 3 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 1055/2023, de autoria dos Deputados Delegado Tito Barichello, Evandro Araujo, Luis Raimundo Corti, Alexandre Amaro, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Batatinha, Renato Freitas, Matheus Vermelho, Gugu Bueno, Marcio Pacheco, Luiz Fernando Guerra, Ana Júlia, Goura,

Douglas Fabrício, Ney Leprevost, Adão Litro, Soldado Adriano Jose, Ademar Traiano, Gilberto Ribeiro, Alexandre Curi, Maria Victoria, Cloara Pinheiro, Marcia Huçulak, Tiago Amaral, Artagão Junior, Dr. Antenor, Gilson De Souza, Reichembach, Professor Lemos, Moacyr Fadel, Bazana, Luciana Rafagnin, Nelson Justus, Marli Paulino, Do Carmo, Marcel Micheletto, Thiago Bührer, Flávia Francischini, Samuel Dantas, Denian Couto, Ricardo Arruda, Fabio Oliveira, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Delegado Jacovós, Requião Filho, Cristina Silvestri, Tercílio Turini, Mabel Canto, Luiz Claudio Romanelli, Paulo Gomes e Hussein Bakri, que dispõe sobre a criação da Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná. Parecer favorável da Comissão Especial. Substitutivo geral da Comissão Especial. Subemenda substitutiva geral da Comissão Especial. Este requerimento é subscrito pelo Deputado Paulo Gomes. **(Requerimento n.º 2025/2024**, do Deputado Paulo Gomes, requerendo que seja procedida a votação do texto em sua integralidade do Projeto de Lei n.º 1055/2023, que trata da Consolidação das Leis da Defesa do Consumidor do Estado do Paraná.) Portanto, precisamos de 36 votos favoráveis ao Requerimento. Em discussão. Em votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim” neste trabalho importante feito pela Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Marli Paulino, seu voto, por favor. Deputada Ana Júlia. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado**

*Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Bührer (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Batatinha, Cobra Repórter, Denian Couto, Do Carmo, Gilson de Souza, Luis Corti, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel e Tiago Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Requerimento.*

Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro aqui a presença do Superintendente de Responsabilidade Social da Itaipu, nosso amigo Eduardo Scirea, lá de Francisco Beltrão. O Professor Lemos pede para registrar, mas também vou me somar aqui com a Bancada do PT inteira e outros Deputados. O Scirea é sempre bem-vindo a esta Casa. Nos atende muito bem lá na Itaipu. Seja bem-vindo à Casa. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Bührer (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Batatinha, Cobra Repórter, Denian Couto, Do Carmo, Gilson de Souza, Luis Corti, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel e Tiago Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 1055/2023.

Os Itens 4 e 6 a 19 faremos votação agrupada.

ITEM 4 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 80/2024, de autoria do Deputado Marcio Pacheco, que concede o título de Utilidade Pública ao Futebol Clube

Cascavel – FC Cascavel, com sede no município de Cascavel. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 260/2024, de autoria do Deputado Fabio Oliveira, que concede o título de Utilidade Pública ao Instituto Redirect. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 261/2024, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que concede o título de Utilidade Pública ao Instituto Vita C Run, com sede no município de Paranavaí. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 272/2024, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Manoel Lacerda Vieira, Goioxim. Parecer favorável da CCJ. Substitutivo geral da CCJ.

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 339/2024, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que concede o título de Utilidade Pública à Aprisco Pássaros da Paz, com sede no município de Arapongas. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 352/2024, de autoria do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de Utilidade Pública à Sociedade Esportiva Recreativa Atletas de Ouro, com sede no município de Ubiratã. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 354/2024, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Esportiva de Astorga. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 359/2024, de autoria do Deputado Douglas Fabricio, que altera a Lei n.^º 16.582, de 29 de setembro de 2010, que declara de Utilidade Pública O Lar Dos Velhinhos Frederico Ozanam – obra unida à Sociedade de São Vicente de Paulo, de Campo Mourão, com sede no município de Campo Mourão. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 372/2024, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que concede o título de Utilidade Pública ao Instituto União Colônia

Dona Luiza, com sede no município de Ponta Grossa. Parecer favorável da CCJ. Emenda da CCJ.

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 381/2024, de autoria do Deputado Douglas Fabricio, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Amigos dos Autistas de Campo Mourão. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 15 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 393/2024, de autoria do Deputado Goura, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Sol - Doando Amor, com sede no município de Ponta Grossa. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 16 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 409/2024, de autoria do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Rural do Oeste do Paraná, com sede no município de Cascavel. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 17 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 410/2024, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Utilidade Pública à Federação do Terceiro Setor do Estado do Paraná, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 18 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 415/2024, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que concede o título de Utilidade Pública à Sociedade Rural de Astorga. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 19 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 421/24, de autoria do Deputado Bazana, que concede o título de Utilidade Pública à Puxa Sargo Clube de Pesca, com sede no município de Matinhos. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Anibelli, seu voto, por favor. Delegado Tito, que vejo aqui ainda, Deputado Paulo. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto**

Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Batatinha, Cobra Repórter, Denian Couto, Do Carmo, Gilson de Souza, Luis Corti, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel e Tiago Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovados os Projetos.

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 97/2024, de autoria do Deputado Gugu Bueno, que dispõe sobre a inserção no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná do Brasa Festival. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Batatinha, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Gilson de Souza, Luis Corti, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Paulo Gomes e Tiago Amaral (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 97/2024.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 2028/2024 dos Deputados Alexandre Curi e Maria Victória, requerendo a dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 405/2024, pois foi aprovado sem emenda no curso da tramitação. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 2030/2024 do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Decreto Legislativo n.º 6/2024, que foi aprovado sem emenda no curso de sua tramitação. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 2014 e 2015/2024, do Deputado Marcelo Rangel, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: ao Sudoatleta Kelvin William Barcharki Ferreira, do município de Ponta Grossa; e aos policiais militares do Paraná 2.º Sargento Marcos Antônio da Silva, Soldado Willyan Lopes Ferraz e Soldado 2.º classe Alexandre Azambuj; **Requerimento n.º 2016/2024**, do Deputado Douglas Fabrício, solicitando o envio de votos de congratulações à atleta Flávia Maria de Lima, velocista paranaense, pela brilhante representação nas Olimpíadas da França; **Requerimento n.º 2017/2024** do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de menção honrosa em comemoração alusiva pelos 62 anos do Núcleo Sindical de Ponta Grossa - Sindicato dos professores e funcionários de escola, a ser celebrado em 17 de agosto de 2024; **Requerimento n.º 2018/2024** do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Guilherme Luz Dias, Delegado-Chefe da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, em reconhecimento ao trabalho na preservação e perpetuação da fauna e da flora silvestres do país; **Requerimento n.º 2021/2024** do Deputado

Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Flávio Augusto Odizio, e aos filhos Paulo Piotta Odizio e Flávio Piotta Odizio, pelo Projeto Diga Não ao Bullying, mesmo Diferentes Somos Todos Iguais; **Requerimento n.º 2026/2024** da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa a Laís Della Torres, em razão de ser a primeira chamada em Ponta Grossa no programa de intercâmbio “Ganhando o Mundo”; **Requerimento n.º 2031/2024** do Deputado Ademar Traiano, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. João Batista Arruda, ocorrido no dia 5 de agosto, em Francisco Beltrão; **Requerimento n.º 2033/2024** do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente aos Sr.º Fernando Furiatti Saboia, Diretor do DER/PR, e Elian Marcos da Silva Moreira, Gerente do Escritório Regional Norte Velho -DER/PR, requerendo empenho e providências administrativas urgentes na realização dos serviços de sinalização viária no trevo que dá acesso à cidade de Santa Amélia, pela PR-436, com acesso na PR-518; **Requerimentos n.ºs 2034 a 2037/2024** da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: à Assembleia de Deus em Curitiba, pelo aniversário de 95 anos; à Diretoria e Superintendências da Assembleia de Deus em Curitiba, pelo aniversário de 95 anos; aos Departamentos da Assembleia de Deus em Curitiba, pelo seu aniversário; aos Dirigentes da Assembleia de Deus em Curitiba, pelo seu aniversário.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 2029/2024 dos Deputados Anibelli Neto e Marli Paulino, requerendo a inclusão da Deputada Marli Paulino como coautora da Proposta de Emenda à Constituição n.º 2/2024, de autoria do Deputado Anibelli Neto.

Ao Cerimonial, à Diretoria-Geral e à Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 2024/2024 dos Deputados Bazana e Luiz Cláudio Romanelli, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 19 de agosto, tendo em vista a Semana da Pessoa com Deficiência Intelectual e

Múltipla, nos termos do art. 120 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 3º, II do Regimento Interno (em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado): **Requerimento n.º 2019/2024** do Deputado Denian Couto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de agosto de 2024; **Requerimento n.º 2022/2024** do Deputado Moacyr Fadel, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de agosto de 2024.

Deferidos conforme o art. 97, § 4º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 2020/2024** do Deputado Luís Corti, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 5 de agosto de 2024; **Requerimento n.º 2023/2024** do Deputado Batatinha, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de agosto de 2024; **Requerimento n.º 2027/2024** do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 5 de agosto de 2024.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** na sequência, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 1055/2023, 80/2024, 97/2024, 260/2024, 261/2024, 272/2024, 339/2024, 352/2024, 354/2024, 359/2024, 372/2024, 381/2024, 393/2024, 409/2024, 410/2024, 415/2024 e 421/2024; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.º 16/2024 e 344/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h12, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)